

Vieira Medeiros, Rosa Maria. **Camponeses, cultura e inovações.** *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.*

ISBN 978-987-1183-64-7

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/16medeiros.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS*

CAMPONESES, CULTURA E INOVAÇÕES

*A identidade é algo
formado ao longo do tempo,
através de processos inconscientes, e
não algo inato, existente na consciência
no momento do nascimento*
Stuart Hall

A identidade é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca de sua plenitude. A identidade camponesa no Brasil foi sendo construída passo a passo juntamente com a história da formação do território brasileiro. Já no século XVI muitos registros identificaram a presença de camponeses na figura do morador e do proprietário do sítio junto às áreas produtoras de cana-de-açúcar. Estes agricultores, segundo Manoel Correia de Andrade (1995), foram o germe do campesinato nordestino. Nesse sentido, também é importante lembrar as comunidades dos quilombos. No entanto, é a partir da decisão do governo português de trazer agricultores para o Brasil que o campesinato ganha importância. Inicialmente foram os açorianos vindo para o Sul, ainda no período colonial, seguidos pelos suíços em Nova Friburgo; no governo imperial foi a criação das colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina atraindo principalmente alemães, num primeiro momento, e italianos a seguir. Importante ressaltar que estes imigrantes vindos para o Sul vieram todos na condição de proprietários da terra uma vez que o principal objetivo do governo era a ocupação do espaço.

* Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

No caso do Rio Grande do Sul, a política de colonização procurou ocupar os espaços, considerados vazios pelo governo. O espaço então coberto pela mata nativa foi sendo aberto e os colonos foram se instalando em lugares distantes e na maior parte das vezes ficando isolados dos centros da época. Este isolamento foi um fator que reforçou a manutenção de seus hábitos culturais até porque em decorrência da língua, a grande maioria se organizava e se mantinha em comunidades fechadas. Por esta razão os últimos projetos de colonização organizados pelo próprio governo tinham como critério que os mesmos deveriam ser mistos a fim de evitar a formação do que Leo Waibel (s/d) denominou de “quistos étnicos”. Essas comunidades fechadas assim permaneceram por um período significativo uma vez que a elas era dado o direito de criarem escolas e trazerem professores de sua terra de origem, principalmente no caso dos alemães. Essa situação foi um fator impeditivo da integração dessas comunidades com as comunidades locais o que reforçava ainda mais a sua cultura e a não absorção de elementos da cultura local. Na verdade, estes colonos procuravam construir a sua identidade com este novo espaço, mas através de uma transposição de sua cultura. Esta construção, esta busca ainda não cessou se pensarmos que são os descendentes destes colonos que se organizaram, se manifestaram, construíram um movimento social através do qual buscariam o mesmo que os seus ancestrais buscaram quando decidiram vir para o Brasil: terra para trabalhar, para produzir, para viver com dignidade. Medeiros, destaca que:

Estes colonos (camponeses) lá chegaram no final do século XIX e princípio do século XX, como pioneiros desbravando terras, abrindo clareiras nas matas, sobrevivendo num mundo para muitos deles desconhecido, construíram cidades e desenvolveram regiões. Eles não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao Planalto Gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência. Procuraram novas alternativas, alguns partindo para outras áreas distantes levando sua tradição e sua experiência camponesa, outros sendo atraídos pela cidade que hoje os expulsa. Mas houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Eles criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra –MST (Medeiros, 2004).

São estes os camponeses que hoje estão nos assentamentos que constituem estas comunidades simbólicas, o que pode explicar esta geração do sentimento de pertencimento na busca de novas raízes, na busca de sua reterritorialização.

Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para ou-

tros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território no qual as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade.

Nesse processo de desenraizamento e de busca de enraizamento, estes agricultores assentados, na condição de migrantes, vêem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, de louvar a Deus (Bosi, 1983). Segundo Cavalcanti (2002), o desenraizamento configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Por outro lado, o enraizamento, considerado como uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida, é ao mesmo tempo a mais importante e a mais desconhecida. Cada “indivíduo tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (Weil, 1979: 137). Mas, além disso, os indivíduos encontram também dentro de sua própria cultura, espaços diferenciados aos quais se articulam, constroem e reconstroem referências de uma forma permanente tanto para si como para o outro.

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos. Ao partir, este agricultor sem terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que é lhe dado neste momento. O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. É partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, que é preciso mudar o modo de ver o mundo interno e o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. Neste preciso momento é fundamental contar com a cooperação de amigos e parentes, o que lhes dará uma segurança para viver como grupo em terra desconhecida. O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo.

As peculiaridades de cada assentamento perpassam pela sua maneira de organizar ou reorganizar aquele espaço. As famílias oriundas de diferentes lugares passam a enxergar e vivenciar seu pedaço de terra e aos poucos vão dando “sua cara” para este lugar. Uma das características mais imediatas é de organizar o processo produtivo desta nova área de terra produzindo geralmente para seu sustento até a chegada de crédito para o plantio das culturas. Cada assentamento cria situações para orga-

nizar a questão do lazer, o encontro das famílias, as trocas de produtos que cada um cultiva, ou o fazer de forma coletiva. Observando esta realidade é difícil encontrar assentamentos iguais, mas enxerga-se traços que simbolizam o que significa ser um assentamento dos sem-terra e que estes demarcam a ocupação deste território realizado pelo MST.

O aprendizado com a terra e com o assentamento passa muitas vezes a estabelecer relações que anteriormente nunca haviam realizado, como a experiência de fazer reuniões, coordenar, respeitar a decisão e opinião dos outros, fazer cumprir as decisões tomadas no grupo, o convívio social. Estas situações forçam as pessoas a pensarem sobre o que faziam antes e como deverá ser a vida no assentamento, o choque com a herança cultural nem sempre é inevitável.

Paul Claval (1999) refere-se à cultura como um elemento que tem uma influência muito grande na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. O espaço demarcado é apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado. O território é a ocupação do lugar, do espaço. É uma necessidade da sociedade para estabelecer suas relações.

a territorialidade adquire um valor bem particular; pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993: 158).

As poucos o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades; cria significações da luta e do jeito cultural de cada um. Os significados e as estratégias existentes multiplicam-se em conjunto de ações. Poderíamos dizer que a territorialidade que aparece em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelecendo as trocas necessárias, os ganhos e os custos se equilibram revelando a multiplicidade do espaço vivido.

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que passaram a viver neste espaço não por se identificarem com aquele ambiente, mas porque se engajaram em uma organização cuja identidade é ser Sem Terra, é buscar a terra.

Castels (1999) ressalta que a identidade é um processo de construção de significados baseados em atributos culturais ou num conjunto de atributos culturais inter-relacionados que vão prevalecer sobre outras fontes de significados.

Para Santos (2002), o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence; é a base do trabalho, da moradia, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Dessa forma, quando se fala em território deve-se entender logo que se fala de território usado, utilizado por uma dada população.

O camponês, quando perde a sua referência anterior, ou seja, sua condição de pequeno proprietário, ou de arrendatário ou a sua relação com a terra, sofre um processo de desterritorialização. Na medida em que vai se constituir um novo território este camponês passará por um novo processo de organização, mas que ainda manifestará os seus jeitos, as práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida, pois como Claval (1999) destaca, o peso da cultura é decisivo em todos os domínios, político, econômico, social e cultural.

A cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. Comporta um arsenal de métodos para se orientar (Claval, 1999: 142).

Num assentamento de reforma agrária os grupos são heterogêneos, é uma encruzilhada social entre as pessoas e famílias diferentes com rotinas de vida diferentes, com vivências diferentes, mas com um objetivo único, ou seja de construir sua identidade com o novo espaço, com a nova realidade. Precisam juntas equacionar os problemas do cotidiano que não são mais os mesmos, é uma nova realidade na qual deverão re-construir suas vidas.

No Rio Grande do Sul, são 11.200 famílias assentadas, em várias regiões do estado produzindo alimentos para sua subsistência, gerando mais emprego, construindo uma nova consciência sobre a importância da reforma agrária neste país e também produzindo para a exportação. Mas ainda existem mais de 2.500 famílias acampadas esperando o seu pedaço de chão.

O processo de ocupação de terras pelos agricultores sem terra se deu originalmente no seu espaço de origem, ou seja, na parte norte do estado onde foram criados os primeiros assentamentos. Entretanto, a política implantada pelo governo Olívio Dutra estabeleceu ocupar a outra metade do estado, a metade sul onde o latifúndio se instalou e se enraizou, conforme nos mostra a história do povoamento do Rio Grande do Sul.

A questão agrária do Rio Grande do Sul passou, então, a ser tratada pelo Gabinete de Reforma Agrária, criado pelo governo estadual com o objetivo principal de implementar o Programa de Reforma Agrária no Estado. Esse programa tinha como princípio básico assentar com responsabilidade, o que significa ir além da terra, viabilizando crédito e assistência técnica dando oportunidade real a trabalhadores do campo, excluídos há muito tempo da ordem econômica e social do país.

A viabilização desse programa se deu através da assinatura de um convênio estabelecido entre o Rio Grande e o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–, em agosto de 2000. Dessa forma seria permitida a aquisição de áreas em conjunto, onde

os valores pagos em dinheiro pelo estado estariam aliados aos TDAs –Títulos de Dívidas Agrárias– emitidos pelo INCRA. Este acordo se deu uma vez que, de acordo com a constituição, a reforma agrária é competência do governo federal, e somente ele tem o direito de desapropriar áreas a serem pagas com TDAs.

A proposta do estado, através do seu Programa de Reforma Agrária, foi a de dinamizar esse novo espaço, desenvolvendo uma economia embasada na produção familiar e, em decorrência do número de assentamentos, o número de famílias e a área destinada aos assentamentos na metade sul cresceu de forma significativa.

O MST, através da criação de assentamentos na metade sul está, portanto, se territorializando na área que historicamente foi de domínio do latifúndio pecuarista gaúcho. Isso, sem dúvida, tem reflexos significativos na forma como os assentados vão orientar e organizar suas vidas, pois os mesmos terão de passar por todo um processo de readaptação a um espaço que para eles era até então desconhecido; onde provavelmente não poderão desenvolver os mesmos cultivos, nem terem as mesmas técnicas que herdaram de seus antepassados e que tão bem desenvolviam nas áreas de origem.

Na metade sul já existe uma concentração de assentamentos em mais de 50% do total de seus municípios o que corresponde a cerca de 75% do total das famílias assentadas, numa área correspondente a quase 80% do total das áreas dos assentamentos.

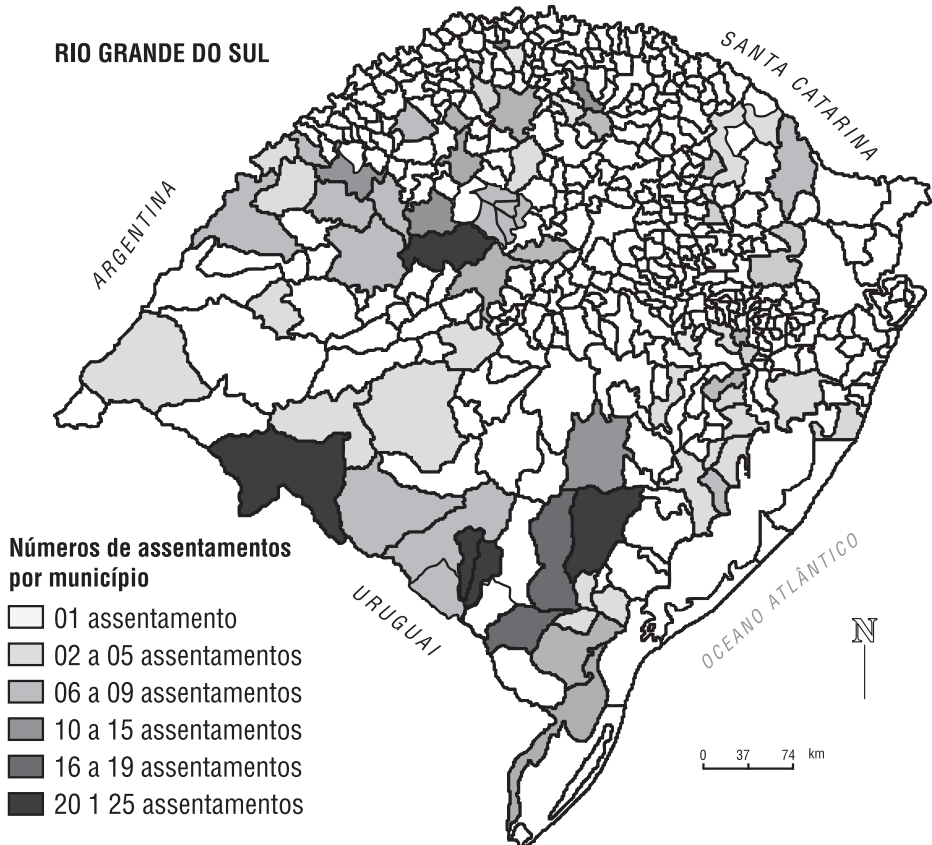
O governo estadual entre 2002 e 2003 criou 93 novos assentamentos, sendo 43 criados exclusivamente pelo estado, 28 criados pelo INCRA e 22 assentamentos foram resultados do convênio do estado com o INCRA¹. Aos agricultores assentados foram garantidas formas de viabilização econômica através de novas alternativas de organização do assentamento, da produção e, conseqüentemente, da comercialização de seus produtos, uma vez que a grande preocupação –o principal objetivo do governo– é o de efetivamente assentar com responsabilidade, ou seja, indo além da mera concessão da terra, viabilizando créditos e assistência técnica para, assim, dar uma oportunidade real aos trabalhadores rurais excluídos, tanto economicamente quanto socialmente.

O processo de execução do Programa de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul se desenvolveu em duas etapas, sendo a primeira de implantação e a segunda de consolidação do assentamento. Na primeira fase ocorreu a instalação da infra-estrutura social básica que incluiu moradia, água, luz, estradas, saúde e educação. Ocorreu simultaneamente a liberação dos créditos necessários para a produção agrícola, para o manejo de

1 Estes assentamentos foram destinados também para os ocupantes das áreas indígenas e para os atingidos por barragens no estado.

recursos naturais, para a construção da moradia e das benfeitorias, etc.². A efetiva consolidação foi acontecendo à medida que os recursos advindos desses créditos chegavam até os assentados viabilizando a produção agrícola, sua comercialização, garantindo assim não só sua sobrevivência, mas também sua busca por uma melhor qualidade de vida.

MAPA 1
Concentração dos assentamentos por município no Rio Grande do Sul - 2003



2 Para cada família é liberado um total de R\$18.200,00, distribuídos da seguinte maneira: Fomento (INCRA) R\$1.400,00; Produção para autoconsumo (Estado) R\$1.200,00; Moradia (INCRA) R\$2.500,00; Moradia (Estado) R\$2.600,00; Manejo de Recursos Naturais (Estado) R\$500,00; Crédito para a Produção Agrícola PRONAF "A" (INCRA) R\$9.500,00.

A partir do mapa 1, observa-se que determinados municípios destacaram-se nesta concentração de assentamentos, principalmente aqueles localizados na área fronteira do estado. Por essa razão, os municípios de Hulha Negra e Candiota, onde foram realizadas parte das entrevistas, foram analisados mais detalhadamente.

TABELA 1
População dos municípios de Candiota e Hulha Negra

Município	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Candiota	8.065	4.165	3.900	2.657	5.148
Hulha Negra	5.359	2.817	2.452	2.416	2.943

Fonte: Censo Demográfico IBGE /2000.

O município de Hulha Negra foi criado em 1992, emancipando-se do município de Bagé. Conta atualmente com uma população de 5.359 habitantes, sendo um pouco mais de 50% fixada na área rural. Possuía, em 2003, 25 assentamentos com 1.016 famílias, sendo que 10 deles foram instalados antes da data de sua emancipação. Se considerarmos uma média de três pessoas por família em Hulha Negra, poderemos afirmar que a sua população rural é constituída exclusivamente por assentados. Por essa razão a presença da participação da produção familiar no município é significativa, sendo que 50% de sua produção é oriunda desta atividade. No entanto, não é a propriedade familiar que ocupa a maior área do município ficando com apenas 32% da área total deste. Em contrapartida as grandes propriedades ocupam 63% da área total do município sem que, no entanto, tenham uma contribuição na produção municipal proporcional à área que ocupam. Sua produção corresponde a 39% da produção do município³.

Os dados nos permitem observar que, efetivamente, a instalação dos assentamentos em Hulha Negra promoveu mudanças na economia do município, na organização do seu espaço rural e conseqüentemente no perfil de sua população, uma vez que são 1016 famílias ali assentadas (Tabela 2).

3 IBGE –Censo Agropecuário 95/96.

TABELA 2
Número de assentamentos e famílias por município na Regional de Bagé

Municípios	Nº de municípios	Nº de famílias
Bagé	1	80
Aceguá (município criado em 2001)	1	113
Candiota	23	666
Hulha Negra	28	1016
Total	53	1875

Fonte: MST

O município de Candiota, que também foi criado em 1992 e emancipado a partir do município de Bagé e de Pinheiro Machado, apresenta uma população de 8.065 habitantes, sendo 62% na área rural e 38% na área urbana (Tabela 1). Possui atualmente 23 assentamentos onde estão assentadas 666 famílias. Deste total, 6 assentamentos foram instalados ainda antes da sua criação. Se considerarmos uma média de cinco pessoas para cada família, é possível afirmar que cerca de 60% da população rural de Candiota está localizada nos assentamentos. No entanto, neste município não se observa uma situação semelhante à de Hulha Negra, pois a participação patronal, tanto em termos de área quanto em termos de produção é superior à familiar, apesar da importância da participação da produção familiar no contexto municipal⁴. O município de Candiota tem também como fator importante na sua economia a extração de carvão e a produção de energia termoelétrica.

Esses dois municípios têm entre suas atividades econômicas o desenvolvimento da pecuária bovina extensiva, muitas vezes associada à produção de arroz. No entanto, em Hulha Negra as 1016 famílias assentadas estão em sua maioria ligadas a cooperativas, como a COOPERAL –Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados– que tem um total de 1.300 famílias associadas em toda a Regional de Bagé. São 700 famílias que se dedicam à produção de sementes agroecológicas Bionatur.

A COOPERAL foi fundada em 12 de julho de 1992, com o objetivo de ser a ferramenta de organização para os agricultores assentados desenvolverem sua produção e criar alternativas para a pequena propriedade familiar. Está localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, onde predominam grandes propriedades, com base na pecuária extensiva, com economia extremamente fraca e sem política para a agricultura familiar. Através da luta pela terra e organizados no MST, conquistaram desde 1989 em torno de 18.000 ha. nos municípios de Hulha Negra e Candiota, resgatando a cidadania

4 IBGE –Censo Agropecuário 95/96.

nia de 700 famílias. Após, enfrentaram outros desafios como a conquista da estrada, energia elétrica, assistência técnica e alguns recursos. Priorizaram a identificação das matrizes produtivas da região e a construção de um plano de desenvolvimento sustentável, que permitisse a produção da economia dos assentados. Com o lançamento das sementes agroecológicas Bionatur, consolidaram mais uma conquista fundamental para o sucesso do desenvolvimento da Cooperativa e seus associados, produzindo de forma totalmente sustentável, preservando a saúde e a economia dos produtores e consumidores. Entenderam ser essa uma função estratégica da Reforma Agrária, construindo novas referências na área da produção, indústria e comércio, possibilitando que os agricultores realmente sejam donos do que produzem e os consumidores saibam e discutam sobre o que estão consumindo.

Um coletivo formado entre os coordenadores (representando os produtores) técnicos (representando o corpo técnico) e a área comercial (representando a cooperativa regional) estabelece como irá funcionar a produção.

Há um consenso na regional e principalmente entre os produtores agroecológicos que os debates sobre a produção culminem em uma prática de campo coletiva; isto faz com que as visitas técnicas sejam mais esparsas. Esta prática faz com que ocorra uma troca de experiências entre os agricultores, fazendo assim com que o conhecimento adquirido no cotidiano do trabalho na lavoura seja socializado, ocorrendo uma valorização do trabalho do produtor, um apoderamento por parte da coletividade do que é exposto. A Bionatur faz com que seja o coordenador a visitar os produtores de sua área, deixando o técnico de ser a referência, tornando-se apenas um facilitador para que, assim, o produtor assuma a responsabilidade sobre o processo produtivo.

Outra forma encontrada para a valorização dos produtores foi levar um produtor a cada feira onde a Bionatur está representada para que assimilem, conheçam melhor o mercado consumidor, esclarecendo dúvidas dos consumidores e identificando suas necessidades. Dessa forma, o produtor tem uma visão ampla do processo do qual faz parte já que sua participação se faz desde a produção até a comercialização.

Mas o que pensam e o que sentem esses camponeses assentados em um lugar tão distante de sua terra de origem? Algumas entrevistas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa “Territórios e práticas de mobilidade espacial: o caso dos trabalhadores rurais assentados no Rio Grande do Sul” permitem perceber o sentimento desses camponeses assentados com relação a sua reterritorialização, a sua identidade com o lugar.

Em Candiota foi entrevistado o assentado Júlio, no Assentamento Pátria Livre (18 famílias). Este assentado, liderança no assentamento, é peruano, professor no seu país de origem e buscou refúgio político no Brasil. Em São Paulo, participou do “Comitê de Apoio ao Povo

Peruano”, e a partir de um contato com João Pedro Stédile se engajou no MST. Suas atividades no movimento estavam, inicialmente, relacionadas ao setor de educação. Ao vir para o sul do Brasil encontrou sua companheira e “começamos a caminhar juntos”. Acamparam durante 1 ano e 5 meses no acampamento de Quebracho até receberem o lote no assentamento. Para ele:

a terra embrutece, absorve as pessoas, ela te ganha, te leva a uma rotina, a sua dimensão é muito grande [...] dizer e fazer é um desafio [...] é preciso passar da consciência à ação pois a consciência todos têm, na maioria, mas existem limitações políticas, econômicas e materiais e é preciso manter princípios e valores para superar estas limitações [...] Quanto ao trabalho nos assentamentos há muitas limitações dentro do sistema capitalista, queremos fazer alguma coisa e não podemos porque temos limites para fazer. Queremos fazer açude, não podemos. Agora, plantamos milho e tudo está seco. Fizemos uma horta coletiva para nove famílias, mas a maioria estão recém chegando, então temos que contribuir com eles. Plantamos de tudo e a produção seca; os poços secaram; são limitações naturais e de ordem política mas todos nós temos consciência de que temos que produzir (Júlio, no Assentamento Pátria Livre).

Em Aceguá, no Assentamento Conquista do Jaguarão (113 famílias, 23ha para cada família) foi entrevistada a família Zeilig. São cinco irmãos no assentamento e segundo Orlando:

Nós tínhamos uma propriedade no Uruguai ainda temos uma irmã que mora lá. No Uruguai ainda tem aquela política, uns bem ricos e outros bem pobres. Aqui há empréstimo de material entre as famílias para poder se ajudarem no trabalho. Por exemplo, essa família que chegou da Serra agora, começou a lavrar toda essa terra aqui, e quebrou a cara, os coitados. Eu acho que o pessoal que não é daqui, quase todo mundo vai embora, pois tem saudade do próprio lugar, saudade das pessoas. Sem o apoio familiar é difícil da pessoa vencer (Orlando, Assentamento Conquista do Jaguarão).

No Assentamento Conquista da Fronteira em Hulha Negra, com uma área de cerca de 2000ha onde estão assentadas 91 famílias todas elas vindas da metade norte do Rio Grande do Sul foi entrevistado um assentado, Elton (14 anos, assentado), que participou da organização do assentamento desde seu primeiro momento. Este assentado não tinha nenhuma experiência de vida no país vizinho, mas tem muito claro o significado da fronteira que para ele nada representa, pois sequer pensa na distância que o separa do Uruguai. O seu verdadeiro desejo seria estar na sua região de origem, junto à sua cidade (Aratiba), pois sente que a Metade Sul está abandonada, não há nenhum tipo de recurso diferenciado para a produção nesta região.

Este assentamento no período de 1991 a 1996 era coletivo, possuindo agrovila e refeitórios comunitários. A partir de 1996, a organização do assentamento passou por uma transformação deixando o caráter coletivo e passando para uma condição de cooperativa de produtores individuais. O entrevistado, atual presidente da COOPTIL, integrante do CPM –Círculo de Pais e Mestres– da escola e coordenador do grupo de 10 famílias que plantam para a Bionatur, tem consciência das dificuldades enfrentadas pelos assentados destacando que o MST deveria promover cursos de formação para aqueles que não querem se dedicar à agricultura, pois segundo eles *“não quero que meus filhos acampem como eu, a solução é dar estudo mas este também é um problema porque nossas escolas não funcionam pois não temos estradas que permitam um acesso fácil aos assentamentos”*. No seu pensar, essa formação permitiria que o movimento tivesse seus professores, seus técnicos, seus médicos, seus dentistas, enfim seus administradores. Hoje, os assentados da região já construíram sua identidade e seu território, assim como eles, é reconhecido e respeitado na região. É graças a esses assentados que o comércio local se dinamizou com a criação/ampliação de estabelecimentos para atender a sua demanda. Inclusive, a COOPTIL instalou um mercado na cidade de Hulha Negra que atualmente atende toda a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado deste mundo contemporâneo levou esses camponeses, hoje assentados, num primeiro momento a serem desterritorializados. Perderam sua identidade de pequenos proprietários ou arrendatários, de trabalhadores empregados, embora ainda tragam consigo sua cultura anterior que servirá de base para a construção de uma nova identidade, a cultura camponesa.

As novas experiências de vida levam o ser humano a mudar comportamentos, avaliar antigos padrões e acrescentar outros, isto vai provocar certamente algum tipo de transformação, pois as fontes de informação não são mais as mesmas, seu ambiente não é mais o mesmo, sua vizinhança mudou, seus amigos e sua família estão longe, a terra que hoje ele trabalha não é mais a mesma, o conhecimento de que ele precisa para trabalhar é outro.

Além disso, uma grande modificação se fez na vida deste camponês cuja história de construção de sua identidade foi feita praticamente sozinha, superando obstáculos: é o trabalho coletivo. É nesse momento de opção pelo coletivo que ele abdica de algo que conquistou e que é inerente a sua condição campesina: a liberdade. Liberdade esta para tomar suas próprias decisões, para pensar individualmente, para inclusive trabalhar no horário de sua escolha. Até quando sua condição campesina ficará no limbo? Em que momento alguma fissura permitirá

o afloramento dessa cultura? Tais questionamentos começam a ser discutidos, uma vez que são objetos de uma pesquisa cujas descobertas e resultados certamente trarão uma nova contribuição à compreensão da cultura camponesa nos assentamentos de Reforma Agrária.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Manoel Correia 1995 *A questão do território no Brasil* (São Paulo-Recife: IPESP/Hucitec).
- Bosi, E. 1983 “O que é desenraizamento?” *Revista de Cultura Vozes* (Petrópolis) Ano 77, Vol. LXXVII, N° 6.
- Cavalcanti, H. 2002 “O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo” em Burity, J. A. (org.) *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares* (Rio de Janeiro: DP&A).
- Claval, Paul 1999 *Geografia cultural* (Florianópolis: Ed.da UFSC).
- Castels, Manoel 1999 *O poder da identidade* (São Paulo: Paz e Terra).
- Fernandes, B. M. 2000 “O MST no contexto da formação camponesa no Brasil” em *A questão agrária e a justiça* (São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais).
- IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.
- Medeiros, Rosa Maria Vieira 2004 “O Rio Grande do Sul e a busca pela reforma agrária” em *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação* (Porto Alegre: Ed. UFRGS).
- Medeiros, Rosa MariaVieira 1998 *De la colonisation des terres nueves à la réforme agraire au Brésil – le parcours exemplaire du Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado apresentada à Université de Poitiers, Poitiers.
- Raffestin, Claude 1993 *Por uma geografia do poder* (São Paulo: Ática).
- Santos, Milton 2002 “O retorno do território” em Santos, Milton; Souza, Maria Adélia e Silveira, Maria Laura *Território, globalização e fragmentação* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. e Silveira, Maria Laura 2002 *Território, globalização e fragmentação* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, M. e Silveira, M. L. 2001 *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (Rio de Janeiro: Record).
- Waibel, Leo s/d *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Ed. Globo).
- Weil, S. 1979 *A condição operária e outros estudos* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).